





CONHECIMENTOS SOBRE AS CRIANÇAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SANTA CATARINA (1911-1947) **Knowledge about children in teacher education in Santa Catarina (1911-1947)**

Ana Paola **SGANDERLA**
Departamento de Psicologia
Universidade do Centro Oeste do Paraná
Irati-PR, Brasil
anapaola@unicentro.br
<https://orcid.org/0000-0003-4602-9717> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O presente artigo tem como foco os conhecimentos sobre as crianças presentes nos conteúdos de Psicologia que eram ensinados na Escola Normal no período de 1911 a 1947 e na Revista de Estudos Educacionais. A criança está citada nos conteúdos de Psicologia desde a primeira inserção desta disciplina nos cursos de formação de professores catarinenses em 1911 com a grande reforma do ensino, o mesmo ocorreu em alguns artigos selecionados da Revista em tela e em um discurso de Lourenço Filho dedicado ao professorado catarinense. No entendimento que se difundia nesses programas e artigos, a criança era vista como um ser em desenvolvimento, que ia da imaturidade à maturidade, sendo a interferência da educação importante para adequar este ser à sociedade de sua época.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Formação de professores. Escola Normal Catarinense. Psicologia. Revista de Estudos Educacionais.

ABSTRACT

This article focuses the knowledge about children present in the contents of Psychology that were taught in the Normal School from 1911 to 1947 and in the Revista de Estudos Educacionais. The child has been mentioned in the Psychology contents since the first insertion of this discipline in the Santa Catarina teacher training courses in 1911 with the great teaching reform, the same happened in some selected articles of the Paper on screen and in a speech by Lourenço Filho dedicated to the Santa Catarina professorship. In the understanding that was disseminated in these programs and articles, the child was seen as a being in development, which went from immaturity to maturity, with the interference of education being important to adapt this being to the society of its time.

KEYWORDS: Child. Teacher training. Santa Catarina Normal School. Psychology. Journal of Educational Studies.

INTRODUÇÃO

O artigo em tela funda-se na tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, linha de Pesquisa: Ensino e Formação de Professores, sobre o ensino de Psicologia na Escola Normal no Estado de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX (SGANDERLA, 2015). O recorte aqui assumido refere-se aos conteúdos de Psicologia que eram ensinados na Escola Normal no período de 1911 a 1947 e na Revista de Estudos Educacionais, sendo o objetivo central deste escrito indicar os conhecimentos sobre as crianças presentes nas fontes supracitadas.

A escolha desse período deve-se ao fato de que 1911 foi o ano da inserção da disciplina nos cursos de formação de professores e da grande reforma do ensino público catarinense e, a eleição do ano 1947, se deu porque nesse ano foi expedido o primeiro programa após a Lei Orgânica do Ensino Normal em Santa Catarina (1946), guiada pela Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e do Ensino Normal. Após a leitura e análise cuidadosa dos programas de ensino que foram localizados e que compunham a escola normal até metade do século XX, bem como outros achados como os exemplares da Revista de Estudos Educacionais, o que se pode inferir é que os conhecimentos sobre crianças apareceram nas disciplinas de Psicologia em sua ampla maioria e em algumas produções da revista, por isso, a centralidade da análise deste artigo nestas duas fontes.

Cabe destacar, o papel fundante de outras pesquisas e produções que se dedicaram a estudar os temas criança e infância na educação catarinense e nacional no início do século XX. Neste sentido, a investigação de Silva (2003) focou-se nas concepções de criança e infância presentes na formação dos professores catarinenses nos anos 1930-1940, tendo como fonte privilegiada os artigos publicados na Revista de Estudos Educacionais. Os artigos elencados pela autora tratavam dos temas criança e infância, sendo fundamentados nas ciências Psicologia, Biologia e Sociologia, com destaque para o projeto de adaptação social pensado no interior da formação dos professores catarinenses.

Em artigo recente Böger e Carvalho (2021) debatem a importância dos estudos sobre a criança no início do século XX para consolidação do campo educacional e da Psicologia como ciência em terras brasileiras. Segundo as autoras estes estudos se constituíram em um ponto de inflexão nos entrelaçamentos entre Psicologia e Educação.

Já Sganderla (2021) apresenta a Psicologia produzida nos laboratórios nas escolas de formação de professores, no início do século XX e seus principais

interlocutores e ideias, especialmente sobre a criança. Neste texto indica-se os primeiros e mais importantes laboratórios de Psicologia em solo brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1906, sob a batuta de Alfred Binet e Manoel José Bonfim; em São Paulo (1913) sob a direção de Ugo Pizzoli e mais tarde Clemente Quaglio e, por fim, o laboratório de Psicologia Experimental, reativado em 1925, por Lourenço Filho na Escola Normal da Praça da República em São Paulo. O estudo da criança que ocorria nestes laboratórios funda-se em uma Psicologia experimentalista e psicometrista. O foco encontra-se nos pequenos e no entendimento de seu desenvolvimento, aprendizagem, dificuldades escolares, entre outros, visando formar e instrumentalizar professores em um Brasil em vias de crescimento e industrialização.

Em contenda com as ideias apresentadas nos artigos supracitados e olhando para o cenário catarinense inicia-se discutindo a reforma da educação catarinense de 1911 que traz a formação de professores e a entrada das crianças nos grupos escolares como defesa central.

A GRANDE REFORMA DE 1911

Foi no segundo mandato do governo de Vidal José de Oliveira Ramos, entre os anos 1910 e 1914, e que tinha como lema “Instrução e Viação”, que ocorreu uma grande reforma no ensino público catarinense, sendo também o momento da primeira inserção da cadeira de Psicologia na Escola Normal Catarinense

A reforma de 1911 trazia em seu bojo a ideia e a emergência de se formar os professores para a nova escola primária, os Grupos Escolares, considerados como a escola da República. A Escola Normal seria a instituição responsável por formar esse professor com ênfase no método de ensino requerido, mas também com todas as habilidades para constituir no pequeno cidadão republicano as qualidades necessárias à manutenção do novo regime político: não questionar a ordem vigente, manter sua higiene e moral e, principalmente, evitar desordens sociais. As expectativas da ação desse professor são expressas por Teive (2008, p. 147-148):

O Estado tomava para si a responsabilidade de formar um professor nacional apto não apenas para ensinar a ler e a escrever como fazia o antigo mestre-escola, mas capaz de desenvolver nas crianças, especialmente as das classes populares, os valores e significados relacionados à ideologia republicana, ao mundo do trabalho e às suas reivindicações; um professor capaz de retirar as classes populares da ignorância, consideradas sinônimo de miséria, turbulência, desordem e, muito particularmente, de servilidade, entendida como a adesão das massas às ideologias dos revoltosos, mormente o anarquismo e o socialismo, tidos como as principais fontes de instabilidade política e econômica.

Na reforma encabeçada por Orestes Guimarães, o método intuitivo/lições das coisas foi adotado como princípio orientador na Educação catarinense. Esse método já estava presente como conteúdo programático da disciplina de Pedagogia e Metodologia, na Escola Normal de 1892. No entanto, é no contexto da reforma de 1911, que teve grande impacto sobre a organização do ensino catarinense e sobre a formação de professores, que deve ser compreendida a inserção da cadeira de Noções de Psicologia e Pedagogia: dar fundamento à reforma metodológica que atravessava a educação catarinense no início do século XX.

De acordo com Teive (2008), o manual intitulado Primeiras Lições de Coisas foi amplamente utilizado pelas províncias do país como orientação de preparo das lições para os alunos/as das Escolas Normais, inclusive em Santa Catarina. Pretendendo interferir na prática do professor, fornecia elementos referentes ao que ensinar, como e quando. Seguindo uma educação dos sentidos, com base em Pestalozzi, as lições deveriam ser apreendidas pelos olhos, ouvidos, tato, olfato, paladar, para depois transformarem-se em base para as ideias:

A ênfase dada pelo método de ensino intuitivo ao empírico, a observação direta, ao ver, sentir e tocar é, pois, alicerçada no pressuposto de que o conhecimento tem início na operação dos sentidos sobre o mundo exterior, a partir dos quais seriam produzidas sensações e percepções sobre fatos e objetos, transformadas em matéria-prima das ideias. (TEIVE, 2008, p. 112).

O método intuitivo, baseado nas formulações de Pestalozzi e Calkins, assume um papel central na formação dos professores no momento em que a observação, a experiência sensorial e a educação dos sentidos eram didáticas consideradas compatíveis com a evolução natural do pensamento da criança.

No método intuitivo, a atenção da criança é central para sua aprendizagem, cabendo ao professor a organização do espaço escolar de modo a captar e manter a atenção de seus alunos. Os manuais de lição das coisas vinham embasar a prática docente, enfatizando aspectos que proporcionariam mais vigilância e interesse dos alunos, como explica Teive:

As matérias são reduzidas aos seus elementos mais simples, propondo-se lições curtas e atraentes, adequadas à idade e ao ritmo das crianças, alternadas, de preferência, com cantos, marchas, exercícios ginásticos e trabalhos manuais, cada coisa há seu tempo, proporcionando-lhes só o que elas pudessem receber na medida de seu desenvolvimento, das suas necessidades, de modo a não cansar o espírito infantil e manter viva a sua atenção, considerada a base do método intuitivo. (TEIVE, 2008, p.124).

A curiosidade das crianças também era ativada na medida em que a construção dos conhecimentos se iniciava pela escuta do que os alunos percebiam a sua volta, levando-os a observar e experimentar para depois construir o conhecimento. O conhecimento se iniciava com a experiência sensorial, especialmente da visão, e ia se tornando cada vez mais complexo. Portanto, de forma coerente com esse entendimento, nos manuais de lições de coisas não há o compromisso com a apresentação do corpo científico já elaborado e expresso em classificações e leis, com a apresentação da ciência pronta e acabada, mas sim o propósito de possibilitar ao aluno/a, através da intuição direta, o exercício das suas faculdades de observação e de experimentação, condição considerada essencial para a aquisição do conhecimento. (TEIVE, 2008, p.125).

A vontade passa a ser essencial, uma vez que as crianças precisam desenvolver a aspiração de explorar. Já o professor precisa saber educar as crianças de modo que elas aprendam a lidar com suas inquietações, sem, no entanto, causar incômodo em sala de aula ou na sociedade.

A importância da reforma de 1911 reside no fato dela ter tido impacto sobre os diferentes elementos da instrução pública catarinense: reorganização física e pedagógica das escolas, com o estabelecimento dos Grupos Escolares como instituição modelo; orientação e fiscalização direta das ações dos profissionais nas escolas; remodelação dos cursos de formação de professores, sendo a Escola Normal uma das primeiras unidades atingidas pela ação da reforma. Algumas das implicações da reforma na Escola Normal foram: a reorganização curricular, com a inclusão de cadeiras, como a Psicologia e a Pedagogia; a adoção do método de ensino intuitivo como orientador da ação docente; a importância da experiência docente junto ao ensino primário na formação dos futuros professores; a cobrança regimental pelas questões morais e de comportamentos, tanto de professores como de alunos; o ensino sistemático de conteúdos cívicos e morais, valorizando as questões de amor e respeito à Pátria, visando a entrada do futuro professor nas zonas de imigração para entendimento da cultura local e valorização/ imposição das questões nacionais às crianças do ensino primário.

Abordando o tema das reformas, Fiori (1991) destaca a relevância, em Santa Catarina, das discussões sobre a nacionalização do ensino, em face da existência de núcleos populacionais de imigrantes estrangeiros, que se desenvolveram relativamente isolados e geograficamente distantes do contato com as populações brasileiras. Segundo a autora:

Os estabelecimentos públicos de ensino das zonas coloniais, quando existiam, eram insuficientes para toda a população escolar. Além disso, os imigrantes não apreciavam matricular seus filhos nessas escolas, seja por preferirem que suas crianças fossem escolarizadas no idioma dos antepassados, seja por terem – os imigrantes e os alunos – dificuldades de comunicação verbal com os mestres de escolas públicas, que falavam o português. (FIORI, 1991, p. 101).

Para alcançar o que propunha a reforma de 1911, ou seja, formar o professor primário com base em um método pedagógico e com capacidade de manter e ensinar às crianças a disciplina e o respeito ao instituído, o curso da Escola Normal foi organizado em nove cadeiras, entre elas, a ingressante Psicologia. As cadeiras eram as seguintes: Português e princípios de literatura; Frances e Alemão; Noções de História Natural, Física e Química; Geografia e História; Noções de Psicologia e Pedagogia; Aritmética, Álgebra e Geometria; Desenho e Ginástica; Música; Trabalhos manuais

A fim de reconstituir o percurso normativo da disciplina de Psicologia nos cursos normais em Santa Catarina 1911-1947 foi elaborado o Quadro 1, com base em Daros (2005) e Carvalho, Daros e Sganderla (2012):

Quadro 1: Nomenclatura da disciplina de Psicologia nos cursos de formação de professores em Santa Catarina, entre os anos de 1910 e 1947, considerando a legislação que regulamentava tal formação

Leis que regulamentaram a formação de professores em Santa Catarina e respectivas nomenclaturas dos cursos de formação de professores em Santa Catarina	Nomenclatura da Disciplina de Psicologia
Lei n.846 de 11/10/1910 (reforma o ensino) Decreto n.586 de 22/04/1911 Escola Normal do Estado de Santa Catarina	Noções indispensáveis de Psicologia e Pedagogia
Decreto n.1205 de 19/02/1919 Escola Normal Catarinense	Psicologia, Pedagogia e Instrução Cívica
Decreto n.2.218 de 24/10/1928 Escola Normal Catarinense	Psicologia, Pedagogia e Educação Moral e Cívica
Decreto n.713 de 08/01/1935 Escolas Normais Primárias Escolas Normais Vocacionais	Noções de Pedagogia e Psicologia (ENP) Psicologia Geral e Infantil (ENV) Psicologia Aplicada à Educação (ENV)
Decreto n.217 de 09/03/1937 Escola Normal Superior Vocacional	Psicologia Educacional
Decreto-Lei n.306 de 02/03/1939 Institutos de Educação de Florianópolis Curso Normal	Psicologia Educacional
Decreto n.3786 de 04/02/1947 Escolas Normais e Institutos de Educação	Psicologia Educacional

Fonte: SGANDERLA (2015).

Neste quadro vê-se que a Psicologia esteve associada, em um primeiro momento, à disciplina de Pedagogia, sendo que a primeira vez que aparece no currículo vem acrescida do termo indispensáveis. Somente em 1937, na Escola Normal Superior Vocacional, é que a disciplina de Psicologia se emancipa da de Pedagogia, portanto, a

partir da segunda metade da década de 1930. Até então, Psicologia e Pedagogia estão muito associadas.

Em 1919 foi acrescentado ao nome da disciplina um terceiro elemento: Instrução Cívica, modificado em 1928 para Educação Moral e Cívica. Somente nas reformas de 1935 e 1939 houve uma especificidade na nomenclatura, passando a disciplina a denominar-se Psicologia Geral e Infantil, Psicologia Aplicada à Educação. Cabe destacar que essas últimas mudanças não significaram somente uma diferença no nome da disciplina, mas uma organização dos conteúdos com base nas discussões da época em relação à pedagogia experimental e à contribuição da ciência psicológica ao campo educacional brasileiro (SGANDERLA, 2007).

Quanto ao número de aulas, nem todos os documentos consultados apresentavam tal informação, o que se nota é que em 1919 e 1928 foram mantidos os números de aulas, ou seja, três semanais. No ano de 1935 vê-se um aumento considerável das aulas de Psicologia, com cinco aulas semanais durante o primeiro e o segundo ano da Escola Normal Vocacional, mas somente duas aulas semanais ainda juntamente com Pedagogia no terceiro ano das Escolas Normais Primárias que formavam professores para atuarem no campo. Segundo Fiori (1991), esta formação de professores oferecida pelas Escolas Normais Primárias de forma mais aligeirada e longe da realidade regional, tendo em vista que muitos ocorriam em grandes centros, serviu para a formação de professores leigos em exercício nas escolas catarinenses.

Desde sua inserção como disciplina nos cursos de formação de professores catarinense em 1911, a disciplina de Psicologia manteve-se neste nível de ensino até os dias atuais com diversas mudanças em seu interior: no número de aulas ministradas, no enfoque teórico abordado, nos professores responsáveis pela disciplina.

A CRIANÇA NOS PROGRAMAS DE ENSINO

Após a leitura atenta dos programas da disciplina de Psicologia do Curso Normal em Santa Catarina dos anos 1911, 1919, 1928, 1937, 1939 e 1947 reunimos os conteúdos de ensino ligados ao tema criança no Quadro 2:

Quadro 2: Conteúdos da disciplina de Psicologia na Escola Normal Catarinense com o tema Criança

Ano do Programa de Psicologia	Conteúdos referentes ao tema Criança
1911	1. O instinto da curiosidade. Partido que se pode tirar dele. Não cansar a criança

	2. Necessidade de conhecer a natureza psíquica da criança 3. A criança nervosa, triste, sensível, meios educativos
1919	4. A criança e o homem
1928	Não consta
1937	Não consta
1939	5. O juízo, o raciocínio e a linguagem na criança. Os traços principais da lógica da criança. 6. Influências que favorecem a atenção da criança; a observação, sugestões, imitação;o jogo; a fantasia e a imaginação 7. Socialização da criança. Estágios de evolução. Fatores que retardam a socialização: timidez; medo, reclusão, o filho único, etc.
1947	8. (...)natureza da criança como base da teoria educacional 9. (...) linguagem da criança 10. (...)fatores que retardam a socialização da criança timidez, medo, reclusão, crianças mimadas,maltratadas, escoraçadas-complexos. 11. Trabalhos práticos: Visita a maternidade para verificação do Comportamento inato em recém- nascido;frequência a Centro de Puericultura, para estudo do comportamento da criançinha

Fonte: Programas de ensino da escola normal catarinense de 1911 a 1947

A criança está citada nos conteúdos de Psicologia desde a primeira inserção desta disciplina nos cursos de formação de professores catarinenses em 1911. Neste ano os conhecimentos sobre criança a serem ensinados aos futuros professores ligava-se às características pessoais e intrínsecas, sendo indicado prestar atenção à criança e buscar estratégias de ação, por exemplo, de sua curiosidade. Os conteúdos elencados na matéria de Psicologia, em 1911, refletiam os conhecimentos considerados necessários para a compreensão da natureza psíquica da criança pelas/os normalistas.

Em 1919 existe uma menção ao estudo da criança, ao que parece estudo da criança relacionada ao estudo do homem que podem ser considerados indícios das ideias relativas ao desenvolvimento infantil, tema que passa ser central para o estudo da Psicologia no século XX, como informa Leite (1972).

A nomenclatura que a cadeira recebeu nos programas de 1935, Psicologia aplicada à Educação, e nos de 1939, Psicologia Educacional, refletia as discussões propostas no cenário nacional, especialmente a interlocução realizada pelos educadores catarinenses com a obra de Lourenço Filho, Introdução ao estudo da Escola Nova (1930), obra esta que teve grande repercussão nacional e internacional e que ancorou grande parte das reformas realizadas na formação de professores no país.

Considerando esse contexto histórico e a partir do Brasil, Lourenço Filho conceituou a Escola Nova da seguinte forma:

Não se refere a um só tipo de escola, ou sistema didático determinado, mas a todo um conjunto de princípios tendentes a rever as formas tradicionais de ensino. Inicialmente, esses princípios derivam de uma nova compreensão de necessidades da infância, inspirada em conclusões de estudos da biologia e da psicologia. Mas alargam-se depois, relacionando-se com outros muito numerosos, relativos as funções da escola em face de novas exigências, derivadas de mudança na vida social. (LOURENÇO FILHO, 2002, p.39).

O autor identifica duas fases nesse movimento: a primeira fase de renovação escolar que propunha a Escola Nova caracterizou-se pela aplicação, à Educação, de novos conhecimentos da Biologia e da Psicologia, relativos ao crescimento da criança, aos estágios de maturação, às capacidades de aprender e às diferenças individuais. Já na segunda fase dessa renovação, foram acrescentados os Estudos Sociais, pois, à medida que os conhecimentos psicológicos e biológicos se aperfeiçoavam, notava-se que a formação humana não podia ser vista independente de influências da organização social (LOURENÇO FILHO, 2002)

Desde a primeira edição da referida obra, a ideia de que a educação é a socialização da criança foi defendida pelo autor: "Do ponto de vista dos fins da educação, a escola nova entende que a escola deve ser órgão de reforçamento e coordenação de toda a ação educativa da comunidade: a educação é a socialização da criança. Do ponto de vista político, pretende a escola única e a paz pela escola." (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 69).

Em 1939 e 1947 a socialização da criança é ponto de estudo recorrente e o que impediria seu sucesso estaria ligado a características pessoais do infante. A família aparece também nos conteúdos quando do estudo sobre: filho único, crianças maltratadas, escorraçadas.

Todos esses conhecimentos ampararam a formação de professores, não separando os conhecimentos psicológicos dos sociais e dos biológicos, mas visando, antes de tudo, a mentalidade científica dos futuros professores, assim como Lourenço Filho defendia o papel da educação como socialização.

O estudo da criança aparece em 1939 como a primeira parte do programa de Psicologia Educacional do segundo ano, havendo um detalhamento em relação a temas como, por exemplo: fases típicas do desenvolvimento infantil e suas fases dominantes; o psiquismo infantil em diferentes períodos; o juízo, o raciocínio e a linguagem na criança; a socialização da criança; classificação dos anormais.

A socialização da criança é ponto de estudo e o que impediria seu sucesso estaria ligado a características pessoais do infante, tais como timidez, ou pelas relações familiares. A família aparece também nos conteúdos quando do estudo sobre: filho único, crianças maltratadas, escorraçadas. Nota-se também a preocupação com o estudo dos fenômenos psíquicos e sociais que podem influenciar o ensino das crianças como medo, reclusão, ciúme, mentira e delinquência infantil.

A linguagem da criança é abordada em 1939 e 1947 associada a questões de lógica e raciocínio. A atenção é estudada em 1939, com formas de mantê-la na

aprendizagem da criança. Nota-se também a preocupação com o estudo dos fenômenos psíquicos que podem influenciar o ensino das crianças como medo, reclusão, ciúme, mentira. O estudo da natureza da criança para a educação consta em 1947, a observação dos comportamentos inatos dos bebês é contemplada nos trabalhos práticos.

Os conteúdos trabalhados na disciplina de Psicologia Educacional encontram ressonância nos escritos produzidos por alunos e professores que foram veiculados na Revista de Estudos Educacionais criada no início dos anos 1940. Dentre os artigos, especialmente, quatro tem como escopo as discussões sobre crianças como veremos na próxima seção.

A CRIANÇA NA REVISTA ESTUDOS EDUCACIONAIS

Segundo Silva (2003), a revista Estudos Educacionais foi publicada de 1941 a 1946, comportando 06 números e foi criada por iniciativa do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, na figura de João Roberto Moreira - então diretor e professor de Psicologia e Pedagogia no período de 1941 a 1943 - e dos alunos deste curso, e visava difundir as concepções educacionais produzidas no espaço desta instituição.

Quadro 3 – Artigos de alunos do Instituto de Educação na Revista de Estudos Educacionais relacionados ao tema criança

Artigos de alunos do Instituto de Educação na Revista de Estudos Educacionais		
Nº da Revista	Autor	Título
Ano I, n. 2, Nov. 1941	Alunas Aurea Bauer e Eusa Reis	Reações Infantis às situações sociais
Ano II, n.3, Nov. 1942	Aluna Nilma Leal	A criança e o adulto - relações entre o estudo de uma e de outro
	Alunas Rosa G. Fortes e Nilce L. de Almeida	Bases e Valor da Educação Pré-Primária

Fonte: Revista de Estudos Educacionais 1941-1943

O primeiro artigo selecionado para discussão, publicado no segundo número de 1941, era de autoria das alunas Aurea Bauer e Eusa Reis, do segundo ano, e intitulava-se Reações Infantis às situações sociais. As alunas indicam no início do texto que esse está de “acordo com indicações da cadeira de Psicologia” (BAUER, REIS, 1941, p.12).

Um questionamento presente no artigo é se o comportamento humano é herdado ou adquirido. As normalistas elencam alguns autores que focalizam seus estudos na

herança genética e fazem citação ao livro indicado para compra na circular n.32, de 1935, *A Criança Problema*, de Arthur Ramos. A citação a essa obra deve-se ao fato de citar os autores Gessel e Thompson e um experimento onde demonstram a importância da maturação biológica para a aprendizagem.

As autoras afirmam que não se tem como separar as questões sociais das ambientais e que os ambientalistas mostram o quanto o ambiente pode trazer desordens e desajustamentos, pois a criança imitaria a família. Desta forma, concluem que o estudo dos fatores ambientais que influenciam o comportamento da criança é muito importante, destacando a importância da escola para a educação intelectual. Delegam à família a formação do caráter: "é a família que, nos primeiros dias de vida, exerce unicamente a educação; é neste período que a sugestionabilidade, a tendência imitação e a simpatia imperam com todo o seu vigor (BAUER, REIS, 1941, p.14).

As autoras fundamentam suas ideias na escola sociológica de Durkheim, para quem o indivíduo seria o resultado da sociedade. Os homens seriam seres gregários e o professor seria um dos responsáveis pela boa direção dos comportamentos coletivos. Mas alertam que nem todos concordam com as regras sociais, o que pode ser notado na escola nos casos de indisciplina e pouco comparecimento às aulas. A natureza humana nem sempre aceita as interferências de outras pessoas e as crianças seriam avessas a ser dominadas pelos outros, por isso o necessário controle dos pais sobre os comportamentos de seus filhos. As autoras fecham o artigo destacando que não se pode dizer que o comportamento social é hereditário ou social. Para elas:

A cada passo, vemos o indivíduo e a sociedade se condicionarem mutuamente, de modo que é legítimo dizer-se que o primeiro faz refletir naquela a marca da personalidade, ao passo que a sociedade penetra em nossa vida individual, condicionando, ora de modo mais intenso, ora menos, a totalidade do nosso comportamento. (BAUER E REIS, 1941, p. 15).

As autoras compreendem a personalidade como um traço herdado, ao passo que a sociedade é que seria responsável pelo condicionamento dos comportamentos. Fazem citação a dois autores estudados no Curso Normal, Durkheim e Arthur Ramos, e refletem conteúdos estudados na cadeira de Psicologia, como personalidade e comportamento. Reiteram a importância da não separação entre os aspectos biológico, psicológico e social para o estudo da criança.

No terceiro número da revista de 1942, foram selecionados dois artigos: um da aluna Nilma Leal, do segundo ano, intitulado *A criança e o Adulto* Relações entre o estudo de uma e de outro; outro escrito pelas alunas Rosa Janeiro Fortes e Nilce Lopes de Almeida, intitulado *Bases e Valor da Educação Pré-Primária*.

O artigo sobre a educação pré-primária ressalta a importância dos jardins da infância para o desenvolvimento moral das crianças. Destaca também que a criação destas instituições seria uma necessidade da vida moderna porque os pais trabalhavam fora e não tinham onde deixar seus filhos, por isso entregavam sua educação ao Estado, no entanto, para se manter a ordem institucional, aos pais caberia a valorização dos professores e aos professores a valorização da autoridade paterna.

Além de situar os jardins de infância, o artigo faz referência à Pedagogia moderna, destacando que as orientações eram de que a criança deveria viver a própria vida o mais intensamente possível. Aconselha, no entanto, que para educar a criança, se faz necessário: 1) deixar a criança movimentar-se; 2) dar-lhe material adequado; 3) dispor de métodos, a fim de melhorar o campo de experiência sensorial da criança, que é restrito (FORTES, ALMEIDA, 1942, p.65).

Os conhecimentos da Psicologia serviriam para o conhecimento do psiquismo das crianças, levando à construção de grupos homogêneos. Esta organização que prioriza os iguais poderia ser constatada por testes que avaliariam o nível mental. É sugerido também, como forma de conhecimento da criança e seus diferentes níveis, o uso de fichários, para reunir neles os dados de organização de grupos homogêneos. A autora frisa que a adaptação é o fim de toda a ação educativa e que testagem e acompanhamento melhorariam esta finalidade: "Só assim poderemos dar a cada criança o de que realmente precisa para uma conveniente adaptação a sociedade, melhor talvez que a por nos vivida, fim primordial de toda a ação educativa" (FORTES, ALMEIDA, 1942, p.67).

Neste artigo a autora utilizou-se tanto os conhecimentos da escola nova, especialmente a verificação do nível das crianças pela testagem psicológica e a separação em classes homogêneas para o aprendizado; quanto das questões do método intuitivo, como a valorização das questões sensoriais. Vemos nesta produção o que também pode ser notado nos programas de ensino de Psicologia e de outras disciplinas da Escola Normal: a coexistência do novo (escola nova) com o antigo (método intuitivo).

No artigo intitulado A criança e o Adulto - Relações entre o estudo de uma e de outro, a autora apresenta a criança como diferente do adulto, tanto em termos orgânicos quanto em termos comportamentais, não sendo um homem em miniatura. Para fundamentar seu pensamento a autora traz os autores Stern e Claparède, que afirmam a especificidade da criança.

A autora segue demonstrando as diferenças físicas e sociais entre adultos e crianças, e cita Binet no que se refere a diferenças de respiração e circulação, que

seriam muito mais rápidas e ativas nas crianças, enquanto o coração se modifica com o tempo, pois aumentam e diminuem as pulsações e os movimentos de respiração na vida adulta.

O artigo afirma ainda que a criança deve ser entendida como um ser humano que tem todas as características da espécie, em desenvolvimento constante até o fim da vida:

A criança não é absolutamente uma redução do homem, mas não é estritamente um ser a parte, como não é inteiramente um ser distinto do adulto de amanhã. É preferível considerá-la como um ser em desenvolvimento; isto é, sob ponto de vista estatístico, num momento de sua evolução física, mas em seu longo desenvolvimento para a maturidade psíquica do adulto. (LEAL, 1942, p. 48).

A criança é diferente dos animais, embora, quando pequena, possa se comportar de modo semelhante a um macaco ou um papagaio, mas ela se desenvolve e vai além, pois traz todo o dinamismo da espécie. Este dinamismo pode ser notado em sua atividade psíquica, que faz com que se desenvolva sempre, passando do juízo concreto para o abstrato. Dizendo de outra forma: "A criança não é uma redução do adulto, nem um animal, mas sim um ser humano em evolução." (LEAL, 1942, p.51).

A comunhão entre adulto e criança se faz porque o primeiro já passou pela infância e tem uma melhor capacidade didática, já que construiu, segundo Piaget, a capacidade de explicar melhor as coisas, ou seja, o adulto tem "maior compreensão, porque tem uma melhor consciência introspectiva dos processos intelectuais." (LEAL, 1942, p.52).

A autora conclui que não podemos comparar o nível mental de uma criança com o de um adulto porque não existe um tipo de adulto que represente a totalidade dos adultos normais, e também porque, mesmo sendo da mesma época, do mesmo tipo, as crianças não tenderiam necessariamente a ter as mesmas características adultas. Nas palavras da autora do artigo: "A criança é precisamente a fonte, donde a espécie humana pode esperar, através do seu desenvolvimento, ver surgir novas correntes de moral, próprias das renovações culturais." (LEAL, 1942, p.52).

Nessa revista de 1943, mais precisamente em seu volume de nº5, consta o discurso de Lourenço Filho, com o seguinte título: O prof. Lourenço Filho como paraninfo de nosso professorado. Este autor inicia o discurso indicando que o magistério é um ideal de trabalho e de civismo, como um noviciado. E que o momento da formatura significa um compromisso social, de afirmação de votos, não somente pessoais, mas para o bem coletivo.

Além da presença das ideias de Lourenço Filho no programa das disciplinas, há o registro de que ele foi convidado para ser paraninfo da turma de diplomandos do ano de 1943 do Instituto de Educação (SILVA, 2003). Mesmo não comparecendo à solenidade, seu discurso foi lido e publicado na Revista de Estudos Educacionais¹ dessa instituição. Nesse discurso, Lourenço Filho atribui aos professores a responsabilidade pela construção de um país que, pela via da educação, se afirmaria como uma nação forte. Para tanto, esses professores teriam que ter conhecimentos sobre a criança nos domínios biológico, psicológico, social:

O conhecimento da criança é, assim, a exigência primeira para a missão do professor. Conhecimento de sua biologia das circunstâncias que presidem seu crescimento orgânico, a defesa de sua saúde, a manutenção e aumento de seu vigor físico. Conhecimento depois, de sua psicologia tão diversa da do adulto, não na essência dos fatos pelos quais se manifeste, mas na sua graduação e relacionamento necessários. (...) Não bastará, pois, ao professor conhecer a criança, em si mesma, mas deverá ainda conhecê-la em relação aos fatores de vida coletiva que, sobre ela, de contínuo, estejam atuando: o lar, a comunidade, a vida religiosa, as dependências da vida econômica. (...) O estudo biológico da criança, e o seu estudo psicológico social apresentam-se, portanto, como cabedal necessário ao trabalho do mestre, como tereis verificado em vosso bem orientado curso. (LOURENÇO FILHO, 1943, p. 05 apud SILVA, 2003, p. 160).

O autor traz a valorização do estudo da criança para o futuro professor quando afirma: "Já nos dizia Camões quem não conhece a arte não a estima e a arte do professor começa, sem duvida alguma, pelo conhecimento objetivo da criança, nos seus aspectos de vida, de inteligência e de formação sentimental." (LOURENÇO FILHO, 1943, p.5).

Entretanto, Lourenço Filho esclarece que o estudo da criança deve ir além das questões intrínsecas e reconhecer os aspectos de sua vida social, os fatores de vida coletiva que sobre ela atuam. Da mesma forma que notamos nos programas de ensino da Escola Normal de 1937 e 1939, o paraninfo, em suas obras sobre a Escola Nova, enfatiza: "O estudo biológico da criança, e o seu estudo psicológico e social apresentam-se, portanto, como cabedal necessário ao trabalho do mestre, como tereis verificado em vosso bem orientado curso." (LOURENÇO FILHO, 1943, p. 5).

Os conhecimentos sobre crianças mantem-se em Santa Catarina não somente nos programas de ensino destinados à formação de professores, mas também no veículo impresso em tela. A Revista de Estudos Educacionais organizada pelo então diretor do Instituto João Roberto Moreira, em 1941, com apoio e financiamento do

governo estadual, destinava-se à divulgação de artigos produzidos por alunos e professores do Instituto e intelectuais da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores em Santa Catarina assume centralidade nas reformas educacionais dos anos 1910 e 1930, os conhecimentos do método intuitivo e da Escola Nova fundamentam estas novas formas de fazer e pensar a educação catarinense. Os saberes psicológicos sobre crianças se fazem presentes nesse continuum de tempo nos programas de ensino e em produções como a Revista de Estudos Educacionais.

Embora o estudo da criança estivesse citado nos conteúdos de Psicologia desde a primeira inserção desta cadeira cursos de formação de professores catarinenses, em 1911, observa-se uma diferença com relação aos termos utilizados no programa de 1939 com a influência da escola nova. No início, os conhecimentos sobre criança a serem ensinados aos futuros professores estavam relacionados às características, tais como interesse, atenção, memória. Em 1939, aparece o termo "Fases típicas do desenvolvimento infantil e suas características dominantes", sendo detalhadas as características do psiquismo em cada um dos momentos da vida escolar: no período pré-escolar; no período de vida correspondente à duração do curso primário; na puberdade.

Apesar de não termos tido acesso aos programas de Biologia Educacional, é possível considerar que a importância dos conhecimentos biológicos para a compreensão do desenvolvimento da criança está presente no conteúdo ensinado aos professores catarinenses. O estudo das fases do desenvolvimento infantil e suas características dominantes atesta isso e demonstra o reconhecimento da criança como alguém que difere do adulto, que tem seu próprio ritmo. Cabia à escola reconhecer essas diferenças e adequar o ensino ao desenvolvimento da criança, de modo que pudesse agir com maior eficiência.

Em síntese, é possível dizer que, no entendimento que se difundia nesses programas e artigos, a criança era vista como um ser em desenvolvimento, que ia da imaturidade à maturidade, sendo a interferência da educação importante para adequar este ser à sociedade. Aos professores caberia aprender com os conhecimentos científicos produzidos pela Psicologia e aplicá-los de maneira a tornar a ação docente a mais pragmática e eficiente possível.

Ao final deste artigo, cabe lembrar a ideia defendida por Lourenço Filho: "Do ponto de vista dos fins da educação, a escola nova entende que a escola deve ser órgão

de reforçamento e coordenação de toda a ação educativa da comunidade: a educação é a socialização da criança.” Vimos que essa ideia encontra respaldo nos conteúdos presentes nos programas de ensino de 1937 e 1939 e nos artigos publicados na Revista de Estudos Educacionais.

REFERÊNCIAS

BAUER, Áurea e REIS, Eusa. Reações infantis às situações sociais. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Fpolis/SC, ano I, n. 2, nov. 1941.

BÖGER, Sara DA Silva.; CARVALHO, Diana. Carvalho. DE. Os estudos sobre a criança no início do século xx: entrelaçamentos entre psicologia e educação no brasil. **Teoria e Prática da Educação**, v. 24, n. 1, p. 03-22, 15 jun. 2021.

CARVALHO, Diana Carvalho de; DAROS, Maria das Dores; SGANDERLA, Ana Paola. Uma abordagem histórica da psicologia nos cursos de formação de professores: em foco os programas da disciplina em uma escola catarinense na década de 1930. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 17, p. 675-692, 2012.

DAROS, Maria das Dores. Formação de professores em Santa Catarina: breves considerações sobre sua história. In: DAROS, Maria das Dores; SILVA, Ana Claudia; DANIEL, Leziane . **Fontes históricas: contribuições para o estudo de formação de professores catarinenses (1883-1946)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. p. 11-22.

FIORI, Neide Aparecida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público: Ensino Público e Política de Assimilação Cultural Em Santa Catarina Nos Períodos Imperial e Republicano**. 2. ed. Florianópolis: Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

FORTES, Rosa Janeiro e ALMEIDA, Nilce Lopes. Bases e valor da educação pré-primária. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Fpolis/SC, ano II, n. 3, nov. 1942.

LEAL, Nilma. Psicologia – A criança e o adulto – Relações entre o estudo d’uma e d’outro. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Fpolis/SC, ano II, n. 3, nov. 1942

LEITE, Dante Moreira. **O Desenvolvimento da Criança**. São Paulo: Nacional, 1972.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. O professor Lourenço Filho como paraninfo dos nossos professorandos. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Fpolis/SC, ano III, n. 5, dez. 1943.

LOURENÇO, Filho Manuel Bergstrom. A psicologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. (Org.). **As ciências no Brasil**. Ed. UFRJ, 1994. 1. ed. 1955.

LOURENÇO, Filho Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002

SGANDERLA, Ana Paola. **A Psicologia na constituição do campo educacional brasileiro**: A defesa de uma base científica da organização escolar. 2007. 120f. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SGANDERLA, Ana Paola. **A psicologia como ciência dos laboratórios e o estudo da criança**. E-book, 2021. Disponível em: https://moodle-nead.unicentro.br/pluginfile.php/35961/mod_label/intro/SGANDERLA_Ana_P.-A_Psicologia_como_Ci%C3%Aancia_dos_Laborat%C3%B3rios_e_o_Estudo_da_Crianc_a.pdf /. Acesso em: 20/02/2022.

SILVA, Ana Claudia. **As concepções de Criança e Infância na Formação de Professores Catarinenses nos anos de 1930-1940**. 2003. 176f. Dissertação de Mestrado - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **“Uma vez normalista, sempre normalista”**: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense: 1911-1935). Florianópolis: Insular, 2008.

NOTAS

CONHECIMENTOS SOBRE AS CRIANÇAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SANTA CATARINA (1911-1947)

Knowledge about children in teacher education in Santa Catarina (1911-1947)

Ana Paola Sganderla

Doutora em Educação
Universidade do Centro Oeste do Paraná
Departamento de Psicologia
Irati-PR, Brasil

anapaola@unicentro.br

<https://orcid.org/0000-0003-4602-9717>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Angelo Naval, n.74 apto 11, 84500-347, Irati, PR, Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Diana Carvalho de Carvalho por suas importantes orientações no mestrado e no doutorado. Ao Marcelo amor meu e a Iracema nossa amada pequena, este é o primeiro artigo após sua feliz chegada.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. P. Sganderla

Coleta de dados: A. P. Sganderla

Análise de dados: A. P. Sganderla

Discussão dos resultados: A. P. Sganderla

Revisão e aprovação: A. P. Sganderla

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Capes, pela concessão de bolsa de doutorado entre os anos de 2011 e 2014.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 01-03-2022 – Aprovado em: 15-03-2022